

Conclusões e Recomendações Finais

Como foi referido na introdução, o estudo realizado assumiu a forma de trabalho de projecto. Assim sendo, neste momento é importante retirar conclusões sobre o diagnóstico realizado e terminar com algumas recomendações, no sentido de estas constituírem mais valias para o desenvolvimento do PAC.

1. Síntese do diagnóstico elaborado

A síntese a seguir mencionada irá centrar-se em três eixos de referência:

- O PAC como meio de intervenção da autarquia na educação;
- A influência dos projectos socioeducativos das escolas no desenvolvimento educativo do concelho;
- A interferência da avaliação do PAC nas orientações educativas do município.

Inseridos em cada eixo de referência, abordamos os aspectos mais favoráveis e os menos favoráveis.

- O PAC como meio de intervenção da autarquia na educação.

A Câmara Municipal de Almada encontrou no PAC uma estratégia de apoio aos projectos socioeducativos, com o objectivo de atingir sobretudo a população escolar.

Numa primeira fase, preocupou-se em cooperar nas actividades promovidas pelas escolas, no entanto, à medida que o Plano ganhava consistência e estabilidade no sistema educativo local, a autarquia valorizou os objectivos iniciais ao anexar os de incentivo a causas de interesse global. Simultaneamente, através dos critérios de selecção, condicionava os projectos apoiados pelo PAC, traduzindo desta forma uma intenção política a nível educativo.

Na realidade, através dos documentos analisados, constatamos a vontade do município em melhorar as condições do ensino. Contudo, o PAC, ao interferir em áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, mostra que a autarquia não se limita a exercer as suas competências legais.

Neste caso específico, verifica-se esse ultrapassar de competências em vários projectos apoiados, sobretudo nos que se referem às expressões, por se tratarem de projectos, maioritariamente, desenvolvidos durante o período lectivo e incidirem em matérias curriculares.

Se relacionarmos os projectos aprovados e as verbas atribuídas, podemos afirmar que a autarquia disponibilizou uma verba bastante significativa para os projectos e portanto, investiu em áreas da educação que estão para lá das competências atribuídas. Neste caso, a câmara assume as funções do Ministério da Educação.

Reconhecendo os resultados dessa intenção política na educação local, a autarquia mantém a sua posição, o que permite a realização de inúmeras actividades e programas curriculares impraticáveis, sem a sua intervenção.

No panorama educativo do território, o PAC tem constituído um meio para estreitar as relações com as escolas e estabelecer parcerias com outras entidades educativas do concelho, nomeadamente, associações de pais, clubes recreativos, escolas profissionais, sempre numa perspectiva de rentabilização dos recursos do meio e optimização das actividades educativas territoriais.

Na medida em que envolve um elevado número de parceiros sociais, o PAC tem responsabilidades acrescidas, enquanto projecto da autarquia.

Quanto ao planeamento, confirma-se a coerência de intenções visíveis na estrutura municipal, designadamente entre as directrizes municipais e os objectivos para a educação. Verifica-se também a preocupação em fazer cumprir as actividades. Todavia, nos últimos anos, não funcionaram devidamente os meios para a sua concretização, principalmente no que diz respeito à atribuição de verbas e aos apoios logísticos. Este desfasamento persiste e agravou-se ultimamente, criando alguma instabilidade no desenvolvimento dos projectos, comprometendo, por consequência, a imagem do PAC assim como da autarquia, enquanto elementos estruturantes da política educativa local.

O estudo revelou que o município de Almada tem investido de modo significativo na educação. Contudo, como vimos, nem sempre as actividades produzidas correspondem aos princípios defendidos no PAC. Este facto leva a pôr a hipótese da inexistência de um projecto educativo local abrangente que dê coerência às várias actividades dos projectos realizados.

Considerando a natureza globalizante da autarquia, vários autores afirmam que esta entidade reúne as condições necessárias para iniciar um projecto de tal dimensão

A implementação do projecto educativo local, apela à participação activa das entidades envolvidas, na tentativa de melhor coordenar os recursos existentes. Este instrumento de trabalho poderá ser um meio de solucionar problemas que a autarquia e outras entidades, isoladamente, não conseguem mitigar.

- A influência dos projectos socioeducativos das escolas no desenvolvimento educativo do concelho.

Os projectos socioeducativos que se desenvolvem nas escolas têm-se revelado enquanto iniciativas promovidas pelos docentes e surgem na sequência das práticas pedagógicas, destinadas a complementarem os currículos, procurando estímulos facilitadores da aprendizagem dos alunos. No estudo em causa, verificou-se, ao longo dos anos um proliferar de projectos que abrangem todos os níveis de ensino, envolvendo um número significativo de actores da comunidade educativa.

No seguimento dos resultados da pesquisa efectuada, encontramos três causas que justificam o aumento do número de projectos candidatos, a saber:

- O interesse crescente dos professores na valorização das condições do processo ensino/aprendizagem;
- A acção educativa não se restringe apenas ao espaço escolar, nem somente aos limites impostos pelos currículos disciplinares;
- A existência de uma dinâmica organizada no âmbito das actividades educativas externas à escola.

Os projectos socioeducativos, ao articularem os seus objectivos com as linhas orientadoras do projecto educativo da escola, transmitem para o exterior intenções que representam a identidade daquela instituição. Neste caso, verificamos a tendência das instituições para o desenvolvimento de temas adequados às suas necessidades particulares e/ou a preferências de acordo com o contexto local. As escolas transferem para o exterior as suas problemáticas, solicitam parcerias de apoio, envolvem a comunidade, dinamizam o sistema e, por consequência, influenciam o desenvolvimento educativo local.

Neste ponto, referimos como aspecto menos positivo os projectos candidatos não apoiados. Em nossa opinião este factor pode ser traduzido em três ideias, a saber:

- O constrangimento financeiro da Câmara Municipal de Almada e os critérios de escolha dos projectos;
- A selecção dos projectos reveladora da política educativa da CMA;
- A necessidade de encontrar mecanismos de incentivo à reformulação dos projectos não aprovados.

- A interferência da avaliação do PAC nas orientações educativas do município.

O grupo PAC, ao realizar a avaliação global do plano, tem em consideração os pareceres dos técnicos constituintes, as actividades realizadas e a opinião emitida pelos coordenadores dos projectos. Ficou explícito nas actas do grupo, a preocupação da coordenação em superar as dificuldades, relacionadas com a participação efectiva dos elementos constituintes da equipa, nas reuniões agendadas. São definidas estratégias de rentabilização dos apoios humanos, logísticos e financeiros. Apesar de tudo, nos últimos anos, muitas escolas revelam algum desalento relativamente ao desempenho do PAC.

A interpretação dos resultados permite-nos concluir da existência de desconexões entre aquilo que é preconizado para o Plano, enquanto veículo de uma política educativa interactiva e participativa, exequível, e o que é efectivamente concretizado.

2. Recomendações e perspectivas de desenvolvimento

O PAC tem vindo a cimentar o seu espaço na estrutura educativa local, constituindo actualmente um dos pilares fundamentais no intercâmbio de intencionalidades educativas, materializadas na concretização dos projectos socioeducativos das escolas.

De facto, o Plano passou por um período de franca ascensão, manifestado pela avaliação positiva das escolas no que se refere aos serviços prestados, nomeadamente, aos subsídios atribuídos atempadamente e ao apoio técnico e logístico.

Porém, desde 1994/95 o PAC apresenta descontinuidades no funcionamento, sendo necessário adoptar medidas de regularização, a fim de minimizar as debilidades diagnosticadas.

Na fase final da investigação, sentimos alguma inquietação perante o problema aqui apresentado, na medida em que afecta uma fracção significativa da população escolar, desestabilizando com isso a dinâmica autarquia/escola. É urgente reformular na tentativa de superar o *problema*!

“*Propor soluções*” é o último objectivo do estudo realizado. No sentido de cumprirmos a tarefa final, sugerimos algumas propostas, as quais, em nossa opinião, poderão contornar situações menos favoráveis, ao funcionamento do PAC:

- A calendarização das fases de planeamento, candidaturas, selecção de projectos, apoio financeiro, realização de actividades e avaliação, deve ser cumprida rigorosamente;
- O limite de projectos deverá ser feito por níveis de ensino, e não por Agrupamento;
- Os critérios de aprovação e não aprovação dos projectos, devem ser tornados explícitos e divulgados, bem como a informação atempada dos resultados das candidaturas (dando assim oportunidade aos projectos excluídos de melhorarem as suas candidaturas e de poderem ter acesso à aprovação, no ano seguinte);
- Revisão da articulação interna dos serviços e co-responsabilização das chefias, pela presença regular dos técnicos nas reuniões do PAC;
- Mobilização atempada, dos meios necessários a fim de reservar num ano civil, a verba destinada ao PAC no ano seguinte;
- O município através do discurso político dos autarcas, reconhece a importância da educação para o desenvolvimento local, por esta razão, deverá agir activamente, perante as fragilidades de um dos seus mais influentes dinamizadores, da comunidade educativa;
- As chefias devem tomar conhecimento explícito, da avaliação externa do PAC;
- É importante que as Opções do Plano e Orçamento no ponto destinado ao PAC sejam definidas com base na avaliação realizada no ano anterior e não em função das intenções políticas do município.

A expectativa do presente trabalho de projecto é devolver o estudo efectuado, procurando contribuir, para melhorar o desempenho de um dos pilares fundamentais do sistema educativo local - o PAC!